Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 14.480.213/0001-72

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Valores expressos em Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2017	2016
			(reapresentado)
Circulante		**199.306**	**194.451**
Caixa e equivalentes de caixa	4	45	32
Aplicações financeiras	5	1.117	3.131
Contas a receber	6	4.892	82
Imóveis a Comercializar	7	192.560	191.093
Impostos a recuperar		49	76
Adiantamento a fornecedores		5	6
Despesas antecipadas	8	638	29
Outros créditos		–	2
Não circulante		**5.778**	**1.833**
Contas a receber	6	249	–
Caução e fiança		75	75
Despesas antecipadas	8	3.753	108
Imobilizado líquido	9	1.701	1.650
Total do ativo		**205.084**	**196.284**
Passivo	**Nota**	**2017**	**2016**
Circulante		**1.802**	**1.036**
Fornecedores	10	889	855
Obrigações sociais e fiscais		25	125
Contas a pagar		29	47
Tributos correntes com recolhimento diferido	15	723	9
Adiantamento de clientes		136	–
Não circulante		**10.867**	**1.999**
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	10.867	1.999
Patrimônio líquido		**192.415**	**193.249**
Capital social	12.1	183.000	183.000
Reserva de capital	12.2	12.164	12.164
Prejuízos acumulados		(2.749)	(1.915)
Total do passivo e patrimônio líquido		**205.084**	**196.284**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social Integralizado	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2016		**126.000**	**–**	**12.164**	**(420)**	**137.744**
Aumento de capital social	12.1	57.000	(57.000)	–	–	–
Integralização de capital	12.1	–	57.000	–	–	57.000
Prejuízo do exercício		–	–	–	(1.495)	(1.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**183.000**	**–**	**12.164**	**(1.915)**	**193.249**
Prejuízo do exercício		–	–	–	(834)	(834)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**183.000**	**–**	**12.164**	**(2.749)**	**192.415**

Demonstrações do Resultado

	Nota	2017	2016
Receita líquida	13	4.864	72
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	14	(4.294)	(1.927)
Depreciação e amortização		(264)	(203)
Despesas tributárias		(690)	(11)
		(5.248)	**(2.141)**
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		(384)	(2.069)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		168	909
Despesas financeiras		(12)	(44)
		156	**865**
Prejuízo operacional antes do IRPJ e CSLL		(228)	(1.204)
Imposto de renda e contribuição social	15	(606)	(291)
Prejuízo líquido do exercício		**(834)**	**(1.495)**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	(834)	(1.495)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(834)**	**(1.495)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(834)	(1.495)
Amortização de benfeitorias	399	7
Amortização de corretagem	253	201
Rendimentos das aplicações financeiras	(158)	(886)
Impostos correntes com recolhimento diferido	714	3
Depreciações e amortizações	11	2
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
(Aumento) diminuição de ativos operacionais:		
Imóveis a Comercializar	(1.467)	(40.686)
Impostos a recuperar	27	11
Adiantamento a fornecedores	1	2.116
Contas a receber	(5.059)	(82)
Despesas antecipadas	(4.906)	(137)
Outros créditos	2	(2)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais:		
Fornecedores	34	(2.595)
Obrigações sociais e fiscais	(100)	(199)
Contas a pagar	(18)	(4)
Adiantamento de clientes	136	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(10.965)**	**(43.746)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição das aplicações financeiras	(7.217)	(47.298)
Resgate das aplicações financeiras	9.389	52.081
Aumento de ativo imobilizado	(62)	(1.807)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**2.110**	**2.976**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.868	40.728
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	8.868	40.728
Aumento (diminuição) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	13	(42)
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	32	74
No fim do exercício	45	32

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – Constituída em 05/10/2011, sob a denominação de Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A. tem como objeto social o planejamento, a promoção, desenvolvimento, incorporação, locação e especialmente a venda do empreendimento imobiliário em desenvolvimento no Município e Estado de São Paulo, na Avenida Manoel Bandeira, nº 291, que é objeto da matrícula sob o nº 129.182, registrada no 10º Ofício de Registros de Imóveis de São Paulo, bem como o recebimento dos valores decorrentes da locação ou alienação das unidades imobiliárias integrantes, do referido empreendimento. O endereço da sede da Companhia é na Rua Hungria, nº 514 – 10º andar, conjunto 101, sala 7, Jardim Paulistano, CEP 01455-000, São Paulo-SP. Em janeiro de 2013, o Grupo Tellus III adquiriu ações representativas de 1/3 do capital social da Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A. As demonstrações financeiras são emitidas individualmente. A intenção da administração é desenvolver, construir e vender um empreendimento comercial de 4 torres com 4 pavimentos cada, totalizando uma área locável de 36.860 m² e mais de mil vagas de garagem ao longo de um terreno de 28.185 m². O empreendimento foi concluído em julho de 2016. Em 31/12/2017 o percentual de área locada era de 53,36% (2,42% em 2016). **2. Principais práticas contábeis** – **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade do Imóvel a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15/02/2018. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **2.3. Apuração do resultado:** As receitas de aluguéis são reconhecidas de forma linear com base no prazo dos contratos, levando em consideração o reajuste contratual, e a receita de serviços é reconhecida quando da efetiva prestação dos serviços. As receitas da Companhia derivam principalmente do aluguel referente à locação do empreendimento. Os custos e as despesas são apresentados de acordo com o objeto social específico da Companhia, seguindo o regime de competência. **2.4. Caixa equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras. Para que uma aplicação financeira de curto prazo seja qualificada como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". **2.5. Créditos de clientes:** Registradas primeiramente pelos valores faturados, com base nos contratos de aluguel e de serviços prestados, ajustadas pelos efeitos decorrentes do reconhecimento da receita de aluguéis de forma linear, apurada de acordo com o prazo previsto nos contratos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado, quando aplicável. **2.6. Instrumentos financeiros:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia têm como base o custo amortizado. A Companhia reconhece um ativo financeiro pelo seu valor presente incluindo o pagamento dos juros, quando aplicável. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. **2.7. Imóvel a comercializar:** Composto pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é composto pelo valor do terreno adquirido para incorporação imobiliária acrescido dos gastos com construção, impostos, taxas e encargos financeiros. O imóvel a comercializar está apresentado no ativo circulante pois a Administração pretende iniciar a venda do imóvel dentro do próximo exercício. **2.8. Redução ao valor recuperável:** Os valores contábeis dos estoques são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado, sendo a valor são reconhecidas no resultado. **2.9. Passivo circulante e não circulante:** Compostos pelas obrigações fiscais, comerciais e societárias, registradas pelos valores conhecidos e/ou calculáveis acrescidos dos encargos financeiros, quando aplicáveis e ajustados a valor presente pela taxa efetiva de juros. **2.10. Tributos – Imposto de renda, Contribuição social, PIS e Cofins:** Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, cuja base de apuração do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras e outras receitas, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social; por esse motivo, a Companhia contabiliza apenas o imposto de renda e a contribuição social correntes com recolhimento diferido sobre as diferenças temporárias provenientes das receitas, incluindo a respectiva parcela de PIS ("Programa de Integração Social") e Cofins ("Contribuição para Financiamento da Seguridade Social"). Quanto ao PIS e Cofins, a base de cálculo é o total das receitas da pessoa jurídica, sem deduções em relação a custos, despesas e encargos. Nesse regime, as alíquotas da Contribuição para o PIS e da Cofins são, respectivamente, de 0,65% e de 3%. **2.11. Resultado por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o Artigo 187 – inciso VII da Lei nº 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Resultado do exercício dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras). **2.12. Reapresentações das demonstrações financeiras:** A Companhia reavaliou a natureza das aplicações financeiras e os conceitos de classificação destes títulos e decidiu por reclassificar para fins de melhor apresentação os saldos de caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31/12/2016. As reclassificações foram efetuadas e seus reflexos encontram-se demonstrados abaixo:

Balanço Patrimonial	2016	Reclassificação	2016
			(reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	3.163	(3.131)	32
Aplicações financeiras	–	3.131	3.131
Total	**3.163**	**–**	**3.163**

Demonstração do fluxo de caixa	2016	Reclassificação	2016
			(reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(1.495)	–	(1.495)
Rendimento das aplicações financeiras	–	(886)	(886)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(42.860)	(886)	(43.746)
Aquisição de aplicações financeiras	–	(47.298)	(47.298)
Resgate de aplicações financeiras	–	52.081	52.081
Caixa líquido das operações de investimento	(1.807)	4.783	2.976
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.939)	3.897	(42)

3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas – As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) estão em constante e continuo processo de revisão, com o objetivo de aperfeiçoar as normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado. Com isso, segue abaixo a natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 – Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 47 e 48 são aplicáveis a partir de 01/01/2018, a todas as empresas que não optaram pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1). Para o IFRS 16 a Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras. Atualmente, a Administração da Companhia está aguardando a atualização das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1) para avaliar os efeitos em suas demonstrações financeiras. **4. Caixa e equivalente de caixa** – Contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme composição abaixo:

	2017	2016
		(reapresentado)
Aplicações financeiras	45	32
Total	**45**	**32**

As aplicações automáticas e compromissada DI são de curto prazo junto ao Itaú Unibanco S.A. de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A remuneração média destes investimentos variou entre 97% e 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Aplicações Financeiras	2017	2016
		(reapresentado)
Itaú – Soberano DI LP (i)	1.117	3.131
Total	**1.117**	**3.131**

A aplicação financeira Itaú Soberano DI LP é composto por investimento em fundo de renda fixa referenciado DI, o qual investe substancialmente em operações compromissadas (LFT).

6. Contas a receber	2017	2016
Contas a receber – aluguéis	444	26
Contas a receber – aluguéis – linearização	4.697	56
Total	**5.141**	**82**
Circulante	4.892	82
Não circulante	**249**	**–**

O valor de locação para todos os contratos de aluguel será reajustado a cada 12 (doze) meses de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) e somente com índices positivos. Os contratos de aluguel firmados entre a Companhia e seus inquilinos não se enquadram como não cancelável. Após análise dos recebíveis não foi identificado provisão para créditos de liquidação duvidosa. O percentual de inadimplência é zero. Abaixo a composição dos títulos por vencimentos:

Aging-list	2017	2016
Vencidos de 0 a 30 dias	135	–
A vencer em até 30 dias	166	–
A vencer de 31 a 90 dias	462	18
A vencer de 91 a 180 dias	1.399	64
A vencer de 181 a 360 dias	2.730	–
A vencer a mais de 360 dias	249	–
Total	**5.141**	**82**

7. Estoque de imóvel

Tipo de projeto	**Comercial**
Localidade	São Paulo-SP
Data de início do projeto	Outubro/2012
Início das obras	Julho/2014
Percentual do projeto que já foi construído	100%
Data de conclusão do projeto	Julho/2016

Composição do custo do imóvel a comercializar	2017	2016
Custos de construção	149.718	148.722
Custo de aquisição – terreno	28.000	28.000
Taxa da administração	11.988	11.517
Custos com impostos e taxas	2.854	2.854
Total	**192.560**	**191.093**

A intenção principal da companhia é a venda do imóvel, por essa razão o mantém contabilizado como estoque tendo a Companhia iniciado os procedimentos para a identificação de compradores, a operação de locação das unidades tem como objetivo potencializar o valor da venda de mercado do imóvel. O valor dos estoques é avaliado anualmente para fins de redução ao valor recuperável ("impairment"). A avaliação é efetuada através de laudos específicos preparados por especialistas do setor imobiliário e que levam em conta a expectativa dos resultados futuros a serem obtidos com o empreendimento imobiliário. Com base no laudo de avaliação, a administração analisou a recuperabilidade do ativo e não identificou indicadores de perda. **8. Despesas antecipadas** – Em 2017 as despesas antecipadas no valor de R$638 no ativo circulante e R$3.753 no ativo não circulante (R$29 e R$108, respectivamente em 2016) correspondem aos pagamentos de benfeitorias concedidos aos locatários para locação do imóvel Atlas Office Park e serviços de corretagem. Estes valores estão sendo amortizados pelos prazos de vigência dos contratos de locações, com prazos estimados de 5 anos. A amortização do exercício corresponde ao valor de R$ 652, sendo R$399 de benfeitorias e R$253 de corretagem (R$208 em 2016, R$7 de benfeitoria e R$201 de corretagem).

9. Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	2017	2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros (a)	1.590	–	1.590	1.608
Móveis e utensílios	110	(10)	100	28
Máquinas e Equipamentos	2	–	2	2
Equipamentos de informática	12	(3)	9	12
Total			**1.701**	**1.650**

a) Refere-se substancialmente as despesas com benfeitorias realizadas no imóvel localizado na Avenida das Nações Unidas, 780 locado pela Companhia que se encontra ao lado do empreendimento construído, o imóvel encontra-se em reforma e é o prazo de vigência do contrato é até 2026. A depreciação e amortização do imobilizado no exercício corresponde ao valor de R$11 (R$2 em 2016).

10. Fornecedores	2017	2016
Fornecedores (a)	812	93
Fornecedores (obra)	–	148
Retenção caução (b)	77	614
Total	**889**	**855**

a) Corresponde ao saldo a pagar por serviços de corretagem na locação dos imóveis; b) Referem-se as retenções contratuais junto aos fornecedores de serviços prestados na obra; **11. Adiantamento para futuro aumento de capital** – Em 31/12/2017 e 2016 os saldos de adiantamento para futuro aumento de capital está composto da seguinte forma:

Acionistas	2017	2016
Jaguar Empreend. e Desenv. Imob. Ltda.	3.622	666
Tellus III Holding S.A. Company	3.622	666
BV Empreendimentos e Participações S.A.	3.623	667
Total	**10.867**	**1.999**

12. Patrimônio líquido – **12.1. Capital social:** Em 31/12/2017 e 2016, o capital social é de R$183.000 representado por 183.000.000 ações ordinárias sem valor nominal e estão assim distribuídas:

Acionistas	Ações ordinárias unidades	Valor	Participação
Jaguar Empreendimentos e Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	61.000	61.000	33,33%
BV Empreendimentos e Participações S.A.	61.000	61.000	33,33%
Tellus III Holding S.A. Company	61.000	61.000	33,33%
Total	**183.000**	**183.000**	**100,00%**

Em março de 2016 as acionistas decidem aumentar o capital social da Companhia no montante de R$45.000, mediante a emissão de 45.000.000 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas. Em maio de 2016 as acionistas decidem aumentar o capital social da Companhia no montante de R$12.000, mediante a emissão de 12.000.000 novas ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas. **12.2. Reserva de capital:** É composto por valores integralizados na entidade para a subscrição de ações cujo saldo é de R$ 12.164. **13. Receita líquida de alugueis** – A receita está composta da seguinte forma:

	2017	2016
Receitas de locações	5.462	82
Impostos	(199)	(3)
Amortizações de benfeitorias	(399)	(7)
Total	**4.864**	**72**

14. Despesas administrativas	2017	2016
Despesa com condomínio (a)	(3.450)	(1.062)
Aluguéis	(350)	(277)
Perdas (b)	–	(155)
Despesas com corretagem (c)	(193)	–
Propaganda, anúncios e publicações	(122)	(153)
Serviços de terceiros	(110)	(137)
Fretes e carretos	(9)	(15)
Legais e judiciais	(30)	(33)
Contribuição Sindical	–	(65)
Outras despesas	(30)	(30)
Total	**(4.294)**	**(1.927)**

a) Refere-se ao pagamento de condomínio das áreas não locadas do empreendimento comercial. b) Parcela não indenizada pela seguradora referente ao furto de materiais que ocorreu no empreendimento. c) O valor corresponde aos gastos com comissão incorridos durante a negociação da locação dos imóveis do condomínio Atlas Office Park. O saldo de será amortizado pelo prazo de vigência do contrato de locação de 10 anos. **15. Tributos correntes e tributos correntes com recolhimento diferido** – As despesas de imposto de renda e contribuição social estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	2017	2016
Receita de locação	5.462	82
Base de presunção 32%	1.748	26
Receitas financeiras e outras receitas	168	909
Total da base de cálculo dos tributos	**1.916**	**935**
IRPJ e contribuição social debitados ao resultado:	**2017**	**2016**
Imposto de renda e contribuição social – 24%	(460)	(224)
Imposto de renda adicional – 10%	(146)	(67)
Total	**(606)**	**(291)**
IRPJ e CSLL correntes	(77)	(285)
IRPJ e CSLL correntes com recolhimento diferido	(529)	(6)
Total	**(606)**	**(291)**

As despesas de PIS e COFINS estão conciliadas às alíquotas nominais como segue:

	2017	2016
Receita de locação	5.462	82
Total da base dos tributos	**5.462**	**82**
Alíquota de PIS e COFINS – 3,65%	(199)	(3)
PIS e COFINS correntes com recolhimento diferido	(184)	(3)
PIS e COFINS correntes	(15)	–
Total	**(199)**	**(3)**

O imposto de renda, a contribuição social, o PIS e a COFINS sobre a diferença entre a receita de linearização de aluguéis apropriada pelo regime de competência e aquela submetida à tributação, estão assim apresentados:

	2017	2016
PIS	34	–
COFINS	154	3
Imposto de renda	387	4
Contribuição social	148	2
Total	**723**	**9**

16. Partes relacionadas – São partes relacionadas os controladores da Companhia, informados na Nota Explicativa no 12, bem como as empresas que fazem parte do grupo societário dos controladores. O estatuto social da Companhia não prevê remuneração para a sua diretoria e nem para os membros do conselho de administração. As operações com partes relacionadas referem-se aos honorários relacionados com serviços de gerenciamento e apoio técnico para construção do empreendimento imobiliário com a SDI no total de R$471 (R$2.727 no exercício de 2017). **17. Instrumentos financeiros – 17.1. Gestão de risco de capital:** A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio. **17.2. Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **18. Provisão para demandas judiciais** – Atualmente a Companhia não é parte integrante em nenhum processo judicial, não registrando, portanto, provisão para demandas judiciais em 2017 e 2016.

A Diretoria — **José Carlos Moraes Pinto** – Contador – CRC 1SP 061.813/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A.** – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jaguatirica Empreendimento Imobiliário SPE S.A. em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2016, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 20/03/2017. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2018.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6
Marcos Kenji de Sá Pimentel Ohata
Contador – CRC-1SP 209.240/O-7

Polaris Investimento e Incorporação Imobiliária S.A.

CNPJ: 07.467.887/0001-71

Demonstrações Financeiras

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, da Polaris Investimento e Incorporação Imobiliária S.A.

Balanço Patrimonial - (Em Reais)

Descrição	2017	2016
Ativo	**26.453.955,31**	**26.127.504,20**
Ativo Circulante	**26.453.955,31**	**26.127.504,20**
Caixa e Equivalentes de Caixa	319,07	365,21
Estoque de Imóveis	26.443.636,24	26.127.138,99
Adiantamentos	10.000,00	–
Ativo não Circulante	**–**	**–**
Descrição	**2017**	**2016**
Passivo	**26.453.955,31**	**26.127.504,20**
Passivo Circulante	**2.568.477,64**	**3.419.627,16**
Terrenistas a Pagar	2.401.652,02	2.325.204,95
Obrigações Sociais a Recolher	152,65	152,65
Obrigações Tributárias a Recolher	3.431,97	614,56
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	163.241,00	1.093.655,00
Passivo não Circulante	**11,46**	**–**
Rendimentos não Realizado	11,46	–
Patrimônio Líquido	**23.885.466,21**	**22.707.877,04**
Capital Realizado	24.775.274,00	23.560.000,00
Resultados Acumulados	(852.122,96)	(655.774,58)
(-) Prejuízo do Exercício	(37.684,83)	(196.348,38)

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R$ 26.453.955,31 (vinte e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Demonstração dos Fluxos de Caixa 31/12/2017 - (Em Reais)

Atividades Operacionas	2017	2016
Prejuízo Líquido	(37.684,83)	(196.348,38)
Estoque a Receber	(316.497,25)	(389.608,56)
Despesas Antecipadas	(10.000,00)	–
Contas a Pagar	76.447,07	(297.091,69)
Tributos a Recolher	2.817,41	(1.947,08)
Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar	11,46	–
Caixa Consumido nas Atividades Operacionais	**(284.906,14)**	**(884.995,71)**
Atividades de Investimento	**–**	**–**
Caixa Auferido nas Atividades de Investimento	**–**	**–**
Caixa das Atividades de Financiamento	**–**	**–**
Aumento de Capital	1.215.274,00	–
Adiantamento para Aumento de Capital - AFAC	(930.414,00)	877.124,00
Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento	**284.860,00**	**877.124,00**
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	**(46,14)**	**(7.871,71)**
Disponibilidades no Início do Período	365,21	8.236,92
Disponibilidades no Final do Período	319,07	365,21
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	**(46,14)**	**(7.871,71)**

Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31/12/2017

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da lei nº 6.404/76, atualizados pela lei nº 11.638/07 e lei nº 11.941/09. SP, 31/12/17.

Demonstração do Resultado do Exercício 31/12/2017 - (Em Reais)

Descrição	2017	2016
Lucro Operacional Bruto		
Despesas Operacionais	**(36.761,94)**	**(195.007,01)**
Despesas com Pessoal	–	(98.370,91)
Despesas Administrativas	(32.065,38)	(96.042,64)
Despesas Comerciais	(4.603,03)	–
Despesas Tributárias	(93,53)	(593,46)
Resultado Financeiro	**(922,61)**	**(1.328,01)**
Receitas Financeiras	1,19	55,64
Despesas Financeiras	(923,80)	(1.383,65)
Resultado não Operacional	**(0,28)**	**(13,36)**
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro	(0,10)	(5,00)
Provisão para Imposto de Renda	(0,18)	(8,36)
Resultado Líquido do Exercício	**(37.684,83)**	**(196.348,38)**

Demonstração das Mutuações do Patrimônio Líquido (DMPL) 31/12/2017 - (Em Reais)

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2015	**23.560.000,00**	**(655.774,58)**	**22.904.225,42**
Prejuízo do Exercício	–	(196.348,38)	(196.348,38)
Saldos em 31/12/2016	**23.560.000,00**	**(852.122,96)**	**22.707.877,04**
Aumento de Capital Social	1.215.274,00	–	1.215.274,00
Prejuízo do Exercício	–	(37.684,83)	(37.684,83)
Saldos em 31/12/2017	**24.775.274,00**	**(889.807,79)**	**23.885.466,21**

Silvio Sandoval Filho - Diretor - CPF 598.363.188-87
Daniel Calderon - CT CRC 1SP229104/O-2.

SAGITUR CORRETORA DE CÂMBIO LTDA.

CNPJ (MF) 61.444.949/0001-75

BALANCETE PATRIMONIAL - 28 de Fevereiro de 2018

ATIVO	R$	PASSIVO	R$
Circulante	**1.296.611,58**	**Circulante**	**515.550,74**
Disponibilidades	**454.445,13**	**Outras Obrigações**	**515.550,74**
Caixa	283.708,55	Cobrança e Arrec. Tributos (IOF)	39.117,62
Bancos Conta Movimento	170.736,58	Fiscais e Previdenciárias	34.528,34
Disponib. em moeda Estrang.	**194.278,61**	Imposto Renda e Contr.Social	4.167,71
Espécie	194.278,61	Impostos e Contr. a Recolher	30.360,63
Outros Créditos	**614.888,59**	Negociação e Interm. Valores	163.051,13
Negociação e Interm. Valores	606.593,11	Diversos	278.853,65
Adiantam. e Antecip. Salariais	3.446,67	Obrig. p/aquis. bens e direitos	898,47
Diversos	4.848,81	Prov. p/Pagtos. a Efetuar	277.955,18
Imp. e Contrib. a Compensar	298,81	**Não Circulante**	
Pagamentos a ressarcir	4.550,00	**Patrimônio Líquido**	**804.708,52**
Outros Valores e Bens	**32.999,25**	Capital Social	1.036.381,00
Despesas Antecipadas	32.999,25	Domiciliados no País	1.036.381,00
Não Circulante	**23.647,68**	Reservas de Lucros	0,86
Permanente	**23.647,68**	Reservas de lucros especiais	0,86
Imobilizado de Uso	**23.647,68**	Lucros ou Prej. Acumulados	(257.299,26)
Imobilizações em Curso	10.681,22	Prejuízo Exercício Anterior	(257.299,26)
Instalações	4.000,00	**Contas de Resultado**	**25.625,92**
Moveis e Equipam. de Uso	20.010,00	Receitas Operacionais	687.290,55
Sistema Comunic. - Equipam.	9.800,00	Despesas Operacionais	(647.873,01)
Sist. de Processam. de Dados	15.745,80	Receitas não Operacionais	6,95
Sustema de Segurança	875,00	(-) Despesas não Operacion.	-
(-) Depreciação Acumulada	(37.464,34)	Imposto Renda e Contr.Social	(13.798,57)
Outros Ativos Intangíveis	-		
Gastos de Org. e Expansão	2.506,00		
(-) Amortização Acumulada	(2.506,00)		
TOTAL DO ATIVO	**1.320.259,26**	**TOTAL PASSIVO E PATR. LÍQUIDO**	**1.320.259,26**

ANA MARIA COELHO DA MATA
Sócia-Administradora

ELIANA CASTRO DOS SANTOS BONDEZAN
Contadora - CRC: 1SP 141.225/O-6

Atacadão S.A.

CNPJ/MF nº 75.315.333/0001-09 - NIRE nº 35.300.043.154

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas do Atacadão S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a serem realizadas no dia 27 de abril de 2018, às 10h00, no escritório do Grupo Carrefour Brasil, localizado na Rua George Eastman, 213, Vila Tramontano, São Paulo, CEP: 05690-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **A - Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (2) deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e a distribuição de dividendos; (3) (a) determinar o número efetivo de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos; (b) deliberar sobre a caracterização dos candidatos indicados como conselheiros independentes; e (c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (4) aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2018. **B - Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) alterar o artigo 5º do Estatuto Social para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia; e (2) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais: 1.** O Manual de Participação dos Acionistas contendo a Proposta da Administração e orientações detalhadas para participação nas AGOE, bem como todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas AGOE, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu *website* de relações com investidores (www.grupocarrefourbrasil.com.br), bem como nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). **2.** A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do Manual de Participação dos Acionistas. Sem prejuízo das informações detalhadas no Manual de Participação dos Acionistas, a Companhia destaca as seguintes informações acerca das formas de participação nas AGOE: **Acionista Presente:** Solicita-se que os Acionistas que optarem por participar pessoalmente das Assembleias efetuem seu cadastramento até o dia 24/4/2018. O Acionista deverá comparecer às Assembleias munido de documento que comprove a sua identidade. **Acionista Representado por Procurador:** As procurações poderão ser outorgadas de forma física, observado o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e no Manual de Participação dos Acionistas. O representante legal do Acionista deverá comparecer às Assembleias munido da procuração e demais documentos indicados no Manual de Participação dos Acionistas, além de documento que comprove a sua identidade. **Via Boletim de Voto a Distância**: A Companhia disponibilizará para essas Assembleias o sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM 481/09, permitindo que seus Acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do Manual de Participação dos Acionistas. **3.** Nos termos da Instrução da CVM nº 165/91, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento), devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A. São Paulo, 27 de março de 2018. **Matthieu Dominique Marie Malige -** Presidente do Conselho de Administração.

Serviço de Anestesiologia, Medicina Perioperatória, Dor e Terapia Intensiva S/S Ltda. - SAMMEDI

CNPJ/MF 11.282.212/0001-25

Convocação de assembleia geral ordinária e extraordinária

A **Serviço de Anestesiologia, Medicina Perioperatória, Dor e Terapia Intensiva S/S Ltda. - SAMMEDI,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.282.212/0001-25, inscrita no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo sob nº 948.144, com sede na Rua Machado Bittencourt, 361, conjunto 809, Vila Clementino, na Capital do Estado de São Paulo, convoca todos os sócios para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar no dia 12 de abril de 2018, na Rua Machado Bittencourt, 361, auditório 1, na Capital do Estado de São Paulo, em primeira chamada às 18:30h(dezoito horas e trinta minutos), em segunda chamada às 19:30h(dezenove horas e trinta minutos), e em terceira e última chamada às 20:30h (vinte horas e trinta minutos), para, nos termos das cláusulas 13ª e 14ª do Contrato Social, deliberar em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária sobre a seguinte ordem do dia: (a) prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: (i) relatório da gestão, (ii) balanço do exercício social fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2017, (iii) análise das demonstrações financeiras, (iv) análise das demais demonstrações contábeis exigidas pelas normas inerentes, (v) planos de atividades da Sociedade para o exercício seguinte; (b) destinação do lucro líquido do exercício social e a distribuição de dividendos; (c) assuntos financeiros de interesse da sociedade; (d) assuntos jurídicos de interesse da sociedade; (e) assuntos administrativos da sociedade; (f) alteração do quadro societário; (g) discussão do estatuto social; (h) demais assuntos de interesse da sociedade. Na data desta convocação a **Serviço de Anestesiologia, Medicina Perioperatória, Dor e Terapia Intensiva S/S Ltda. - SAMMEDI** conta com 60 (sessenta) sócios. São Paulo, 21 de março de 2018. Dr. José Maria Correa da Silva - Diretor Presidente. **(24, 27 e 28)**

Banco Induscred de Investimento S/A

CNPJ 33.588.252/0001-32

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas do **Banco Induscred de Investimento S/A** para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 14:00 horas do dia 09 de abril de 2018, em sua sede social, nesta Capital, na Alameda Santos, nº 960, 19º andar, Conjunto 1902, para deliberarem sobre a seguinte "ordem do dia": a) - leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31/12/2017; b) eleição dos membros da Diretoria. São Paulo, 26 de abril de 2018. Antranik Kissajikian - Diretor Superintendente. **(28, 29 e 30)**

UNIÃO BRASILEIRA DE VIDROS S.A.

CNPJ/MF n°: 60.837.689/0001-35 - NIRE: 35.300.033.205

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas desta companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 16 de abril de 2018, as 10:00 horas, na sede social da companhia, localizada na Avenida Senador Teotônio Vilela, S/N, Km 30, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017; c) eleição da Diretoria e fixação da respectiva remuneração. Outrossim, acham-se a disposição dos Srs. Acionistas, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei n° 6.404/76. São Paulo, 27 de março de 2018. Sérgio Minerbo - Diretor Presidente. (28,29,30)

AGENDA DO EMPRESÁRIO®
www.agenda-empresario.com.br ANO XXX APOIO: CENOFISCO
QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2018

• Eficiência • Qualidade • Confiança www.osfe-rnc.com.br
OSFE CONTÁBIL 35 anos
IMEMO Instituto da Memória Empresarial www.imemo.com.br

CARTA DE APRESENTAÇÃO
Empresa pretende conceder carta de apresentação para o funcionário, o que deve constar, como proceder? Saiba mais acessando a íntegra do conteúdo no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

EMPRESA RECEBEU ATESTADO MÉDICO DE 30 DIAS DE FUNCIONÁRIO QUE SOFREU ACIDENTE DURANTE O PERÍODO DE FÉRIAS COLETIVAS, COMO PROCEDER?
Esclarecemos que estabelece o art. 303, §2º da IN INSS nº77/15, que quando o segurado empregado entrar em gozo de férias ou licença-prêmio ou qualquer outro tipo de licença remunerada, o prazo de espera para requerimento do benefício será contado a partir do dia seguinte ao término das férias ou da licença. Assim, a data a ser considerada é o dia da volta das férias coletivas.

CONTRATAR EM REGIME DE TEMPO PARCIAL
Empresa pretende admitir funcionário para trabalhar 05 horas diárias, como proceder para contratar? Saiba mais acessando a íntegra do conteúdo no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

RENOVAÇÃO DO CONTRATO
Funcionária admitida por contrato determinado de 60 dias renovado uma vez por igual período. Pode ser renovado pela segunda vez? Saiba mais acessando: [www.empresario.com.br/legislacao].

NO DIA DO VENCIMENTO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA O FUNCIONÁRIO NÃO COMPARECEU PARA ASSINAR A CARTA DE DISPENSA, COMO PROCEDER?
Esclarecemos que não há previsão legal expressa, orienta-se que a empresa envie ao empregado o documento para assinatura para que o empregado tenha ciência de que seu contrato será encerrado em 14/01 e a empresa não tem interesse em continuar com a relação de emprego, pois se ele não tomar ciência da dispensa, este contrato no dia seguinte será a prazo indeterminado. Orientamos que a empresa solicite que alguém leve este documento até o empregado.

50 anos ORCOSE Contabilidade
Fundador: José SERAFIM Abrantes
11 3531-3233 – www.orcose.com.br
Rua Clodomiro Amazonas, 1435 - Vila Olímpia - 04537-012 - São Paulo - SP
capital-mar/18 © HÍFEN – todos os direitos reservados

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal Empresas e Negócios Ltda.. Para verificar a assinatura clique no link: https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/AB9D-7434-2FF9-B1F3